REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
ISSN -2359-1382
UFPE CE Centro de Educação dAEPE Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional

Editorial

A publicação desse número da Revista de Administração Educacional acabou se entrecruzando com a bio-ontologia performada pela pandemia do novo coronavírus. A iminência de contaminação nos forçou a repensar os entrelaçamentos entre vida e morte, entre vida e não-vida, afetando os horizontes de projeção do futuro enquanto emerge uma espécie de *contratempo*, uma contração temporal que implica e complica a imaginação e os modos de pensar a vida comum e a própria educação.

Nesse sentido, o novo coronavírus pode ser apreendido também como uma figura política, na medida em que as medidas de proteção tomadas pelos diferentes governos ao redor do mundo, não apenas favoreceram a proteção contra a pandemia, como revelaram as formas agudas dos confrontos sociais, econômicos, políticos e culturais que têm condicionado historicamente as formas de socialidade. Além disso, no horizonte próximo, já é possível vislumbrar os signos de uma alteração profunda na maneira como pensamos e vivemos o gesto de educar. Não por acaso, estudantes e professores estiveram entre os primeiros a serem desterritorializados e afastados das suas estufas imuno-protetoras, as escolas e as universidades, interrompendo os seus rituais de contacto, enquanto, em ritmo acelerado, as fronteiras do isolamento eram distendidas em direção ao fluxo populacional nas cidades, desdobrando verdadeiras políticas de distribuição dos riscos pela avaliação diferencial dos corpos (MBEMBE, 2020)[1] que desnudam o funcionamento de estruturas que fazem com que cada vez mais pessoas sejam abandonadas a uma precariedade continuada (BUTLER, 2020)[2].

É fundamental, portanto, nesse momento ficarmos atentos aos processos de manipulação das nossas expectativas e desejos de retorno às atividades. Isso porque a atual crise sanitária, econômica e social que nos atravessa aponta para o fato de que velhas e novas batalhas políticas colocam em jogo, não apenas o sentido da nossa sobrevivência ou as mudanças operacionais em nosso modo de conviver junto aos outros, mas intensifica perversamente os processos de predação neoliberal do caráter público da educação. Como sinalizam Dardot e Laval (2020)[3], nesse momento singular da história, somos convocados a esclarecer de modo contundente a natureza dos chamados *bem públicos*, os quais não podem ser apreendidos como uma mera manifestação das forças soberanas dos Estados ou dos interesses dos mercados e suas corporações. Os bens públicos são obrigações impostas àqueles que governam, formando a base daquilo que reconhecemos como *responsabilidade pública*.

Contudo, como sabemos, em nosso país, essa compressão já vinha sido duramente suprimida

1 MBEMBE, Achille. **Pandemia democratizou poder de matar**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml Acesso em: 30 de março de 2020.

2 BUTLER, Judith. **El capitalismo tiene sus limites**. In: AGAMBEN, Giorgio et al. Sopa de Wuhan. Editorial ASPO: Barcelona, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3auNBgG.

3 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Nada poderá ser como antes**. Disponível em: https://www.alainet.org/pt/articulo/205500 Acesso em: 26 de março de 2020.

por medidas desregulamentadoras, emanadas dos poderes centrais vigentes, que visam minar tanto os dispositivos normativos como as práticas formativas que almejam garantir as condições mínimos para o funcionamento das instituições encarregadas da universalidade da educação pública. Há, portanto, razões para temer que algumas das estratégias de *retorno à normalidade*, ancoradas na urgência de *salvar a economia* mesmo que às custas dos direitos básicos da população, produzam choques ainda mais letais para o exercício democrático de educação, ampliando as influências perversas do tecno-gerencialismo.

É com esse horizonte em vista que os textos publicados ressoam diretamente algumas preocupações fundamentais do campo educacional. No conjunto, as reflexões estão situadas em algumas experiências brasileiras, acrescidas de uma análise crucial da recente realidade portuguesa, a fim de delinear, por meio desses dois contextos investigativos, leituras e análises necessárias para a compreensão dos desafios múltiplos que nos afetam na atualidade.

Assim, o artigo de *Janille Pinto, Cristiane Venturin e Luciane Cunha da Costa* reflete acerca dos processos de Formação Continuada de docentes da Rede Municipal de Educação de Ilhéus-Ba, durante a pandemia da COVID-19. As autoras descrevem o cotidiano da gestão municipal e analisam as ações estratégicas implementadas, no sentido de viabilizar mecanismos, ajustar procedimentos, revelando alguns impactos de ordem estrutural, tecnológica e financeira, além de emocionais, psicológicos e de saúde física, provenientes do distanciamento social e demais desdobramentos do "novo normal" na vida dos que fazem a escola e a Gestão no município. Na mesma direção e enfatizando a gestão escolar, a análise de *Maria Regina Peres* foca os desafios trazidos, a partir da desestabilização das questões educacionais provocada pela repentina suspensão das aulas presenciais e pela proposição de aulas em ambientes virtuais, fornecendo destaque às novas demandas colocadas ao gestor escolar e aos docentes, permeados pela insegurança, pela falta de formação tecnológica para a atuação remota e pelas consequências do imediatismo das transposições didáticas. A busca por metodologias alternativas de trabalho, adequadas às diferentes realidades escolares, evidencia o possível impacto nas já existentes desigualdades socioeducacionais.

A gestão e os seus desafios no contexto interiorano também se fizeram presentes em duas outras abordagens nesse volume. O texto de J*oão Paulo França* e *Flávia Paloma Cabral Borba* discute os elementos estruturantes que direcionam as ações públicas educacionais dimensionadas na gestão pedagógica, no planejamento e gestão da escola, na gestão de pessoas e nos mecanismos de avaliação dos resultados educacionais no município de Barra de São Miguel- PB, tendo como prisma a atuação do gestor local e a qualidade da educação, na perspectiva do ensino-aprendizagem. Como resultado, constata-se a importância de discutir os parâmetros avaliativos de qualidade e de gestão adotados pelos gestores municipais, no sentido da construção participativa, sob a égide da qualidade socialmente referenciada. A análise de parâmetros de qualidade para implementação de políticas públicas educacionais, por sua vez, foi o foco do estudo de caso realizado por *Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira,Davi Barboza Cavalcanti, Anderson Henrique* e *Jéssyca Maria França de Oliveira Melo*, no município de Gravatá, interior de Pernambuco. A reflexão teve como base uma ampla pesquisa do tipo *survey* aplicada a docentes da rede municipal. A sistematização dos dados proporcionou o delineamento do perfil sociopedagógico dos professores, e permitiu

identificar um conjunto de insuficiências na rede municipal de ensino, assim como iniciativas que visavam promover subsídios básicos para o futuro desenho de uma política educacional ancorada na realidade local.

A preocupação com as relações institucionais foi enfocada no texto de *Andréa Maria da Silva, Márcia Valéria Prado e Luís Carlos Marques Sousa* que analisou as influências do clima organizacional no trabalho desempenhado por docentes em uma escola pública do Recife. Por meio de questionários aplicados aos professores, verificou-se que quando o segmento gestor apresenta posturas centralizadoras ou autoritárias, tais atitudes contribuem para a diminuição da satisfação dos docentes, seja em relação à sua atuação profissional ou em relação ao próprio ambiente de trabalho. Tal contexto mostra como a gestão educacional, envolvendo tanto a dimensão macro como a dimensão micro da sua área de abrangência, também se constitui em um importante fator de mudanças, interferindo no rumo das ações educativas realizadas no âmbito de uma unidade de ensino.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de *Saionara Rosa da Cruz, Elane Kreile Manhães e Gerson Tavares do Carmo* toma como objeto de análise o clima organizacional, dessa vez, sob a perspectiva dos estudantes, no intuito de verificar como esse elemento impacta em seus envolvimentos com a organização escolar. Com o aporte da sociometria, uma ferramenta de observação do microcosmo das relações entre pares estabelecidas em um dado contexto, associada a observações e aplicação de questionário a estudantes de uma sala de EJA, do Instituto Federal Fluminense, o estudo apontou para cinco categorias, com destaque para a *experiência emocional de satisfação ou prazer*, proposta a partir de ações positivas, que contribuíram efetivamente para o envolvimento e a permanência dos estudantes. O artigo de *Rafaelle Stefane Elias Alves* e *Cássia do Carmo Pires Fernandes* também focalizou a questão do envolvimento e da participação ativa, mas nas instâncias deliberativas responsáveis pela construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG. A investigação permitiu mostrar como as estruturas que sustentam a participação dos pares nas decisões estratégicas institucionais, influencia positivamente o processo de planejamento, a transparência e o uso de ações assertivas.

Os artigos que fecham a presente edição se debruçaram sobre aspectos das políticas públicas de inclusão. Por um lado, o impacto das políticas afirmativas, nomeadamente das cotas nas universidades públicas foi o tema tratado por *Thaíssa Bispo Souza* e *Eduardo Henrique Narciso Borges*. Com base em categorias sistematizadas Goffman (1988), os autores analisaram a estigmatização dos alunos cotistas, apontando elementos emergidos no contexto de materialização dessa política na sociedade, como a inferiorização, a discriminação e a exclusão desses estudantes, que persistem nas próprias instituições como obstáculos ainda a serem superados. Por outro lado, *Bruno Rege Lopes* e *Mônica Maria dos Santos* destacam os principais avanços envolvendo as políticas de inclusão no tocante à pessoa surda, seja dimensionando os elementos históricos da luta por inclusão educacional desse grupo, seja contrastando as normativas legais com a realidade das escolas brasileiras.
Por fim, o artigo de *Viviana Silva Ferreira* tematiza aspectos da política educacional de Portugal, tomando como eixo reflexivo uma experiência de estágio, realizada no Serviço de Formação Profissional de Águeda e no Centro Qualifica do Instituto de Emprego e Formação

Profissional. Após uma descrição exaustiva das diretrizes normativas que orientam a efetivação do projeto de estágio nas instituições selecionadas, a autora problematiza os desafios presentes no processo de formação dos futuros profissionais da área com destaque para os conhecimentos e competências nos âmbitos da administração, planificação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de percursos formativos.

Assim, com a publicação desse novo número, a Revista de Administração Educacional, prossegue em sua missão de comunicar investigações e experiências ancoradas no debate de elementos que envolvem a Gestão e a Política Educacional como uma via de apropriação social do conhecimento científico. Mesmo que ainda perplexos com a emergência e os impactos provocados pela Covid-19, que vem nos lembrar o quanto o ser humano e a própria vida é "uma pequena volta de uma força muito mais ampla do surgir e desaparecer" (POVINELLI, 2013, p. 17)[4], desejamos que as reflexões compartilhadas nos ajudem a meditar acerca das múltiplas lutas que teremos que enfrentar juntos, a fim de resistir às ameaças que afetam a educação pública em nosso País. A todos, boa leitura!

Os editores

4 POVINELLI, Elizabeth. **As quatro figuras da "sexualidade" nos colonialismos de povoamento**. *Cadernos Pagu*, (41), p. 11-18, 2013.